

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0204221-9

136

IMPETRANTE: Bel. Marcus Vinícius Fontenele Martins

PACIENTE: Adelson Ramos da Silva

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Renato da Silva Filho

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. FUGA DO DISTRITO DA CULPA CONFIGURADA. NECESSIDADE DA DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. NULIDADE DO PROCESSO POR AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. INOCORRÊNCIA. PRONÚNCIA. NULIDADE POR APRECIÇÃO DO MÉRITO. INOCORRÊNCIA. PROVAS. IN DUBIO PRO SOCIETATE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Decisão que decretou a prisão preventiva do paciente encontra-se devidamente fundamentada, vez que restou suficientemente demonstrado que o paciente se evadiu do distrito da culpa após a prática do delito, deslocando-se para outro Estado da Federação, onde restou capturado, não havendo constrangimento ilegal a ser sanado por este Tribunal de Justiça. Aplicação da Súmula 89 do TJPE;
2. Não há falar em excessos na sentença de pronúncia tendo em vista que não houve juízo de mérito sobre o fato imputado ao paciente. O juiz pronunciante limitou-se a narrar os fatos demonstrando a materialidade e os indícios de autoria.
3. Na fase de pronúncia vigora o princípio do *in dubio pro societate*, não se exigindo para a fundamentação um profundo exame da prova, bastando a correlação dos elementos indiciários com o que se apresentou na peça acusatória, para se averiguar a lisura da imputação



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

delitiva. Referidos indícios, inclusive, podem derivar de
provas colhidas durante o inquérito policial.
4. Ordem denegada. Decisão Unânime.

137

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0204221-9, em que figura como impetrante o Advogado Marcus Vinícius Fontenele Martins, e como paciente Adelson Ramos da Silva, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____ de janeiro de 2010, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 13 de janeiro de 2010.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

138

HABEAS CORPUS Nº 0204221-9

IMPETRANTE: Bel. Marcus Vinícius Fontenele Martins

PACIENTE: Adelson Ramos da Silva

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Renato da Silva Filho

RELATÓRIO

Cuida-se de *habeas corpus* liberatório com requerimento de concessão de medida liminar, impetrado por Marcus Vinicius Fontenele Martins, em favor de Adelson Ramos da Silva, em que se aponta como autoridade coatora o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital/PE, juízo perante o qual o paciente responde ao processo nº 001.1996.052337-6, pela prática do crime tipificado no art. 121, §2º, incisos II e IV, do CPB (homicídio duplamente qualificado).

Noticia o impetrante que o paciente foi pronunciado em 22.12.2000, ocasião em que lhe foi decretada a prisão preventiva, para assegurar a aplicação da lei penal, pois o paciente encontrava-se foragido desde a ocorrência do fato, ou seja, desde 03.10.1982.

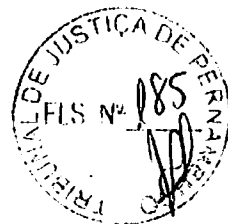
Alega o impetrante, entretanto, que o paciente nunca se evadiu do distrito da culpa, afirmando que, em verdade, não foram respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa no inquérito policial, nem tampouco na Ação Penal acima referida, vez que em nenhum momento foi o paciente efetivamente citado para apresentar a sua versão dos fatos, pois, em 11.07.1996, quando foi expedido mandado de citação ao paciente, este não mais se encontrava no endereço que residia à época do fato, por já haver se passado cerca de 14 (quatorze) anos, além de que as duas tentativas de citação por edital foram frustradas, como atestam as certidões de fls. 86v e 89v.

Aduz, também, que a decisão de pronúncia é nula, vez que se aprofundou em demasia na apreciação do mérito da causa, o que é vedado nesta fase processual, bem como é fundamentada, apenas, em provas colhidas no Inquérito Policial.

Immm



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



139

Sustenta, por fim, que inexistem motivos a ensejar decretação de prisão preventiva, e que o paciente goza de primariedade e bons antecedentes.

Requer o impetrante a expedição de alvará de soltura para que o paciente possa responder o processo em liberdade, bem como seja declarada nula a decisão de pronúncia que decretou a prisão preventiva deste último.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 19/131.

Decisão Interlocutória, às fls. 139/141, indeferindo o pedido de liminar.

Instada a se pronunciar, a autoridade indicada como coatora apresentou as informações de fls. 147/148, com os documentos de fls. 149/159.

Em parecer de fls. 163/166, a Procuradoria de Justiça opinou pela concessão parcial da ordem, para conceder ao paciente o direito de aguardar em liberdade o seu julgamento.

Às fls. 169/171, consta pedido de reconsideração da liminar, o qual restou indeferido pela decisão de fls. 177.

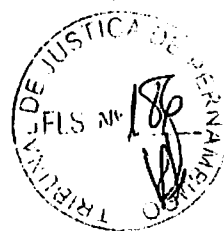
É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Como relatado, a presente ordem de *habeas corpus* foi impetrada com o fim de sanar suposto constrangimento ilegal suportado pelo paciente, decorrente da inexistência da necessidade de garantir a futura aplicação da lei penal, fundamento utilizado na decisão de pronúncia que decretou a prisão preventiva daquele, vez que, segundo alega o impetrante, o paciente nunca se evadiu do distrito da culpa, afirmando que, em verdade, não foram respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa no inquérito policial, nem tampouco na Ação Penal acima referida, vez que em

Immm

2



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

140

nenhum momento foi o paciente efetivamente citado para apresentar a sua versão dos fatos.

Aduz, também, que a decisão de pronúncia é nula, vez que se aprofundou em demasia na apreciação do mérito da causa, o que é vedado nesta fase processual, bem como é fundamentada, apenas, em provas colhidas no Inquérito Policial.

Pois bem. Analiso, primeiramente, a alegada ausência do requisito ensejador da prisão preventiva.

A decisão que pronunciou o paciente, datada de 22.12.2000, também decretou a sua prisão preventiva, sob o fundamento de que havia a necessidade de garantir a futura aplicação da lei penal, tendo em vista que o paciente se evadiu do distrito da culpa logo após supostamente praticar o crime.

A alegação do impetrante de que o paciente nunca se evadiu do local do crime não é verdadeira, como também não é verdadeiro o argumento de que o mesmo nunca foi efetivamente citado, o que ensejaria a nulidade do processo.

Segundo consta na certidão de fls. 33v, foram realizadas diligências por agentes policiais no dia seguinte ao acontecimento do crime, a saber, dia 04.10.1982, onde se constatou que *"a vítima faleceu em consequência de agressão e o acusado evadiu-se para local incerto e não sabido."*

Da mesma maneira, em declarações de fls. 69, a genitora do paciente informou que *"Adelson, desde a época que cometeu o crime que foi vítima Roberto Damião da Silva, nunca mais foi visto pela declarante ou qualquer outro parente da família"*. Saliento que referidas declarações foram prestadas em 29.03.1996, ou seja, cerca de 14 (quatorze) anos após a ocorrência do fato.

Todas as declarações e depoimentos prestados na fase inquisitorial dão conta de que o paciente fugiu do local do crime e nunca mais foi visto naquelas proximidades.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

141

Quanto à alegada nulidade do processo por ausência de citação, verifico que se buscou citar pessoalmente o paciente no endereço fornecido nos autos, expedindo-se mandado de citação. Entretanto, referido mandado não foi cumprido, pois, segundo a certidão de fls. 84, lavrada pelo oficial de justiça, a este foi informado por vários moradores que no referido endereço funcionou um bar do Edílson, mas há muito tempo, tendo a atual moradora do local informado que lá reside há cerca de 8 (oito) anos.

Diante da impossibilidade da citação pessoal, foi determinada a citação via edital do paciente, e, após algumas tentativas infrutíferas, foi o mesmo finalmente citado, como faz prova a certidão de fls. 91v, mas, mesmo assim, não compareceu ao juízo competente na data estabelecida para o interrogatório.

Restando demonstrado que o paciente foi efetivamente citado por edital para comparecer à audiência designada para realização do interrogatório em 29.11.1996, não há que se falar em nulidade do processo por ausência de citação.

Não há dúvidas, portanto, que o paciente efetivamente se evadiu do distrito da culpa, pois todas as declarações prestadas pelas testemunhas e informantes são uníssonas em afirmar a fuga do mesmo. Da mesma maneira, não compareceu em juízo na data marcada para o interrogatório, apesar de devidamente citado por edital, o que certifica a intenção do paciente em não responder ao processo criminal em que figura como réu, no intuito de se furtar da futura aplicação da lei penal.

Dispõe a Súmula nº 89 deste Tribunal de Justiça:

Súmula 089. A fuga do distrito de culpa constitui motivação idônea para justificar prisão preventiva.

Vê-se, portanto, que a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente encontra-se devidamente fundamentada, vez que restou suficientemente demonstrado que o paciente se evadiu do distrito da culpa após a prática do delito, deslocando-se para outro Estado da Federação, onde restou capturado, não havendo constrangimento ilegal a ser sanado por este Tribunal de Justiça.

4



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



142

No que se refere à alegação de nulidade da decisão de pronúncia, sob a alegação de que esta se aprofundou em demasia na apreciação do mérito da causa, entendo que também não deve prosperar.

A sentença de pronúncia, nos termos do art. 413 do CPP, deve cingir-se, sob pena de nulidade, à materialidade e aos indícios de autoria, visto se tratar de mero juízo de admissibilidade da acusação.

No caso dos autos, analisando os termos da decisão, verifico que o Exmo. Magistrado *a quo* apenas fez um breve relato dos fatos e concluiu pela existência de indícios de autoria e pela comprovação da materialidade, o que resultou na pronúncia do paciente.

Assim, não há falar em excessos na sentença de pronúncia tendo em vista que não houve juízo de mérito sobre o fato imputado ao paciente. O juiz pronunciante limitou-se a narrar os fatos demonstrando a materialidade e os indícios de autoria.

Por fim, quanto à alegada nulidade da sentença de pronúncia, por se fundamentar, apenas, em provas colhidas no Inquérito Policial, entendo, também, que não deve ser acolhida, posto que na fase de pronúncia vigora o princípio do *in dubio pro societate*, não se exigindo para a fundamentação um profundo exame da prova, bastando a correlação dos elementos indiciários com o que se apresentou na peça acusatória, para se averiguar a lisura da imputação delitiva.

Se é certo que a condenação não pode ser lastreada tão-somente por testemunho advindo da fase inquisitorial, isso não significa, em todo caso, que as apurações do Inquérito Policial tenham que ser desprezadas, sobretudo porque servem para a admissibilidade do julgamento popular, visto ser o juiz natural dos crimes contra a vida, conforme imposição constitucional contida no art. 5º, XXXVIII.

Coaduna com o mesmo entendimento o Superior Tribunal de Justiça, como faz prova a decisão abaixo transcrita:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 121, § 2º, INCISOS II C/C ART. 14 II E ART. 129, § 6º



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

143

TODOS DO CÓDIGO PENAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRONÚNCIA. PROVAS. IN DUBIO PRO SOCIETATE.

I - (...)

II- Ainda que ultrapassado este óbice, a tese sustentada pelo impetrante não merece prosperar pois diferente do que ocorre em relação à sentença condenatória, a decisão que pronuncia o acusado exige, tão somente, a presença de indícios de autoria, além de prova da materialidade do delito. Indícios estes que, por sinal, podem derivar de provas colhidas durante o inquérito policial. (Precedente do STF e desta Corte).

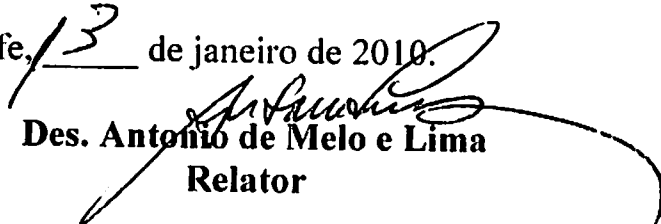
Writ parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado.
(HC 85.077/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 23/08/2007, DJ 12/11/2007 p. 265).

Em que pese a afirmativa de que o paciente teria direito à liberdade provisória, pelo simples fato de possuir condições subjetivas favoráveis, tal não merece guarida, porquanto presente um dos requisitos autorizadores da prisão preventiva.

Em face de tudo o que foi exposto, pedindo *vênia* à Procuradoria de Justiça, voto pela **denegação da ordem**.

É como voto.

Recife, 13 de janeiro de 2010.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator